

Os perigos de confiar a saúde pública ao setor privado

Financial Times

A primeira-ministra Margaret Thatcher afirmou na Câmara dos Comuns que o governo não tinha intenção de desfazer o Estado-previdência. No entanto, uma série de documentos nos últimos meses indica que os Tories estão, pelo menos, explorando a possibilidade de transferir alguns serviços que atualmente estão a cargo do Estado para o setor privado.

Em setembro último, um documento produzido pela Equipe de Revisão da Política Central (Central Policy Review Staff — CPRS) sugeria, entre outras coisas, mudanças nas verbas para o sistema educacional e para o serviço nacional de saúde. Em fevereiro, um outro conjunto de relatórios revelava que o gabinete de ministros estava examinando uma série de ideias para encorajar os indivíduos e famílias a confiar mais em si mesmos e a depender menos do Estado; a sugestão é que em áreas como saúde, pensões, proteção aos idosos e outras áreas afins deveria haver maior assistência privada de necessidades sociais.

A razão mais premente para uma revisão completa da maquinaria do Estado-previdência seria de ordem financeira. Ao contrário dos efeitos da recessão e do baixo crescimento econômico, os fatores demográficos colocarão uma severa carga no sistema de previdência social; um exame crítico do nível dos benefícios e de como são financiados é inevitável. Pela mesma razão, deve-se encontrar novas maneiras de cortar os custos na burocracia estatal, como o ser-

prios impérios do que em dar ao cliente o que ele deseja ao menor custo possível — embora este não seja o único problema no setor público.

Há, entretanto, mais do que uma preocupação com os custos na atitude governamental em relação a estas questões; ela contém um forte componente ideológico. Alguns ministros vêem as indústrias nacionalizadas, quase por definição, como ineficientes e parasitárias. Da mesma maneira, eles parecem atribuir uma superioridade tanto moral quanto econômica aos serviços de saúde financiados pelo setor privado — e talvez até à educação desenvolvida pelo setor privado —, em oposição a aquelas desenvolvidas com fundos do setor público.

Mas, como assinalou o professor James Meade, há algumas áreas em que as exigências de eficiência, liberdade e equidade não podem ser satisfeitas simplesmente pela confiança na iniciativa particular e nos mercados livres. Nos serviços de saúde, por exemplo, o fornecimento de serviços pelo Estado e a um custo baixo, ou mesmo zero, pode ser a melhor maneira de satisfazer tais exigências.

Um serviço de saúde financiado pelos tributos redistribui a saúde dos riscos para os pobres e dos habitualmente saudáveis para os habitualmente doentes. A administração dos serviços de saúde defronta-se com problemas organizacionais e financeiros, mas um sistema que confie inteiramente ou principal-

mente nos seguros médicos privados iria certamente impor uma pesada carga nos pobres e doentes.

Não há dúvida de que é irritante para os ministros quando relatórios internos relacionados a discussões informais são transmitidos à imprensa. Mas o efeito dessas revelações tem sido levantar questões sobre a espécie de sociedade que Margaret Thatcher e seus colegas desejam atingir; há, inclusive, uma sugestão nos documentos de engenharia social, como se a primeira-ministra e seus colegas estivessem procurando impor seus próprios valores e estilos de vida.

De nossa parte, somos simpáticos, em geral, para com os objetivos econômicos do governo e, em particular, para com seus esforços no sentido de permitir o

funcionamento dos mercados. E justo que se assinale, no entanto, que mesmo nesta área os resultados obtidos pelo governo são contraditórios. Na política industrial e comercial, há uma clara relutância em permitir que os mercados funcionem, enquanto no setor habitacional o desejo de não ofender grupos com interesses especiais permite que permaneçam sérias distorções no sistema tributário.

Uma grande parcela do que o governo tem feito para remover obstáculos à operação do mercado, especialmente seu ataque ao monopólio, tem ganho grande apoio popular — ou, pelo menos, chegaria a isso se fosse acompanhada por uma política social considerada justa. O perigo é que o avanço em direção a

um melhor entendimento público dos mercados — e da relação entre custos, lucros e emprego — será jogado por terra devido a uma abordagem doutrinária para os problemas sociais.

Para aclarar a confusão o governo necessita, primeiramente, de publicar uma análise objetiva dos custos atuais e futuros dos serviços sociais, de maneira que um debate entre um público esclarecido possa ocorrer sobre quais cortes, se houver algum, serão necessários dentro de critérios econômicos. Então, se o governo tiver propostas coerentes sobre itens específicos, como sobre o seguro médico privado, estas deveriam ser explicadas sob a forma de relatórios abertos ao público.

viço de saúde, por exemplo; o plano governamental de contratar certas atividades assistenciais, como lavanderia e atendimento ao setor privado, é uma ideia promissora. A pressão interna pelo controle dos custos nestas organizações é inadequada. Uma ampla burocracia pode desenvolver interesses encobertos, que estão mais relacionados a criação de seus pró-